

# A construção do fim do mundo

**Luiz Alex Silva Saraiva**

26 de abril de 2017. Aprovação da reforma trabalhista pela Câmara dos Deputados. 28 de abril de 2017. Presenciamos a maior greve geral do país. Mas, como tem sido praxe na recente da história do Brasil, mais um fato sob intensa polêmica. De um lado, os meios de comunicação ignoram e/ou hostilizam abertamente qualquer menção à greve: falam de uma paralisação apenas do setor de transporte, quando muito, recusando-se a cumprir sua função social de noticiar o que acontece. De outro, centrais sindicais falam de 35 milhões de trabalhadores em greve, o que literalmente parou o país. O fato é que, de forma eficiente, o texto aprovado foi rapidamente encaminhado para o Senado Federal. E isso não é tudo: os líderes do governo discutem, à revelia dos inúmeros protestos da população, em regime de urgência, a reforma da previdência. O cenário é desolador.

Para além da política institucionalizada, há questões que nos afetam diretamente no campo da academia. Praticamente todas as áreas do conhecimento na



universidade se baseiam na técnica; ela é garantia de diferenciação e de domínio específico, o que em parte justifica que haja cursos superiores, os quais precisam de anos de dedicação a fim de que possam ser considerados “dominados”, aprendidos, aptos à reprodução pela reprodução, como destaca Benjamin (2000). A integralização dos cursos se vincula ao atendimento de uma série de requisitos acadêmicos entre os quais – e diríamos, principalmente – a capacidade de reprodução da técnica. A técnica não precisa ser explicada; tampouco, de fato, compreendida. Mas precisa ser impecavelmente reproduzida. Para isso são desenvolvidas metodologias de ensino, laboratórios, procedimentos específicos, livros, revistas, testes etc.

Apesar de todo o direcionamento retórico da universidade ocidental rumo à formação de cidadãos emancipados, e daí a ideia de “superior” ser associada à de formação plena e ampla – humanista mesmo, para além do conhecimento específico da área de formação – a técnica é uma fortíssima característica nessa perspectiva. É, a rigor, um parâmetro explícito de desempenho esperado e apurado dos profissionais: os que são “bons” a dominam, ao passo que os “ruins” não o fazem. A técnica termina sendo reificada porque é algo que está “ali”, colocado de forma objetiva e desproblematizada, restando a todos a ela sucumbir e resignar-se com a noção de reprodução, sob pena de ser mal avaliados pelos mecanismos existentes.



Não é preciso ir longe para perceber que a criatura dominou o criador, e que um aspecto específico da esfera do conhecimento humano passou a lhe domar, definindo e classificando os sujeitos pelo nível em que são capazes de reproduzir o que eles mesmos criaram. A desumanização e a despolitização dessa perspectiva revelam um caráter economicista, empobrecido, embrutecido e aquém do que é propriamente humano. Mas tudo isso é relegado a um segundo plano em nome de aspectos "objetivos", que definem, meritocraticamente, possibilidades de mensuração, comparação, classificação, premiação e punição de quem quer que seja em praticamente todas as esferas abrangidas pela técnica.

Há pouco tempo ouvi de alguém que é a Administração que vai ajudar a construir o fim do mundo. Essa frase, extraordinariamente irônica e sagaz, traz pontos que merecem reflexão. A Administração leva essa perspectiva técnica a um nível insano. Criada explicitamente para fornecer suporte ao incremento de resultados no âmbito organizacional, esta ciência se vê, desde os primórdios, comprometida com uma dada visão de mundo, que naturaliza a ideia de lucro, e de submissão de absolutamente tudo à noção de resultado econômico. Em nada surpreende, portanto, que a técnica seja completamente descolada de qualquer perspectiva histórica, social, política e assim por diante, já que é em nome do resultado, e de um resultado que possa ser traduzido economicamente, que essa visão existe.



Costa, Barros e Saraiva (2014, p. 1) pontuam que a “administração se refere, simultaneamente, a um corpo de técnicas a ser aplicadas, a um produto a ser comercializado, a um campo de conhecimento a ser explorado e a uma ideologia a ser defendida”, o que nem sempre é claro. Há uma concentração de esforços na legitimação da área enquanto campo de conhecimento, de maneira a se qualificar enquanto ciência, perspectiva que embute o rótulo “científico” nos avanços técnico-instrumentais desenvolvidos, possibilitando que eles venham a ser comercializados enquanto produtos em um mercado sedento por soluções. O ponto que nos parece explosivo é o vigoroso silenciamento em torno da perspectiva ideológica na Administração.

Esse silêncio se dá por conta de ser tomado por natural, como algo certo e inexorável o fato de que o mercado é o destino único de todas as manifestações humanas, e que tudo é passível de ser parametrizado, precificado e legitimado à medida que adquire um “preço”. Isso faz da área uma refém do consumo, uma vez que nada existe fora da perspectiva imediata de ser consumido. Valer-nos-íamos, assim, de inúmeros subterfúgios para criar coisas que possam, no final, ser consumidas. Realizações humanas, assim, nada teriam de “aura” (Benjamin, 2000), todas teriam um preço. *Time is money. Management is money. Everything is money.*

Como tudo se converte em dinheiro, tudo o que for feito tecnicamente para que ele possa ser reproduzido, ampliado, maximizado, é interessante por princípio. Qualquer problematização implicaria retardamento de um ciclo que deve ser eficazmente regido pelo lucro, já que é dinheiro o que interessa. E isso vale para todas as esferas da vida humana, mesmo aquelas em que, por definição, seria esperado o embate propriamente humano, como a política institucionalizada.

Temos um ex-Presidente da Câmara dos Deputados, atualmente preso, que era elogiado por seus aliados por sua "condução eficiente" das pautas de votação. Temas polêmicos eram rapidamente encaminhados e votados, sem maior discussão, sem participação popular, em um processo formal, mas nem por isso legítimo, no qual representantes políticos, despreocupados com a sua popularidade, propunham, em um cenário absurdo, reformas impopulares e, em alguns casos, francamente ilegais, apenas por poderem, e porque propô-las tem a ver com a "urgência" que o país precisava para voltar aos trilhos.

O atual governo, ilegítimo, querendo consertar o que ele mesmo danificou, é evidentemente regido pela economia e pelos imperativos técnicos de avanço, rapidez, velocidade, dinamismo, não importando se isso ocorre em detrimento do que é importante, necessário e efetivo aos olhos dos cidadãos: agem em função de seus próprios interesses e, protegidos pela técnica, aplicam um perverso



receituário neoliberal que implica empobrecimento de todos os que não se locupletam historicamente de vantagens por terem nascido em berço esplêndido (Saraiva, 2015). Estabelece-se uma clara hierarquia de prioridades, na qual a sociedade está no patamar mais baixo e o mercado e seus interesses, no mais elevado.

A administração pública vem tem sido levada às últimas conseqüências por conta de um tecnicismo gestor socialmente irresponsável, mediante a assunção e reprodução de uma técnica grotescamente esvaziada de sentido por castas infiltradas em todos os níveis do governo adotando e vomitando a meritocracia por meio de um marketing ostensivo que nada quer de nós além de consentimento e submissão.

Como o conhecimento serve a quem dele se apropriar (Sagan, 1998), uma Administração que se apresenta como “braço armado da economia” (Aktouf, 2004), sem sopro de vida, pode servir a quem quer que seja, a quem se apresente em condições de ditar para quem a técnica trabalhará. Nesse momento de tantas denúncias, a corrupção é naturalizada como fato histórico, o governo está de costas para a sociedade, um horizonte imediato e próximo de escuridão (Saraiva, 2016).

Talvez todo esse cenário que parece de ficção tenha servido para permitir ver a extensão da crise institucional, os privilégios e assimetrias como parâmetros para a construção da sociedade brasileira, e para a necessidade de elaboração e de aplicação das leis com base na institucionalidade democrática. Queremos acreditar, como dizem os italianos, que mais escuro do que a meia-noite não pode ficar. Assim, iniciamos 2017 com esperança que a luz, em algum momento, emergirá.

Este ano marca uma série de mudanças na Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, que caminha para se tornar um periódico cada vez mais interessante, conforme a recentemente divulgada Classificação de Periódicos Qualis/CAPES (2013-2016). Nosso periódico foi classificado em 11 áreas de conhecimento, o que atesta nossa ascendente vocação interdisciplinar. As classificações obtidas foram: B4 (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo), C (Biotecnologia), B4 (Ciências Ambientais), B5 (Comunicação e Informação), C (Educação), B5 (Engenharias III), B4 (Geografia), B4 (Interdisciplinar), B4 (Planejamento Urbano e Regional / Demografia), B3 (Psicologia) e B5 (Sociologia).

Este ano passamos a figurar em indexadores, listas e diretórios, os quais citamos a seguir: AcademicKeys, Academic Resource Index, Diadorim, DRJI – Directory of Research Journals Indexing, EBZ – Electronic Journal Library, Google



Scholar, Index Copernicus International, LivRe, PKP – Public Knowledge Project, Portal de Periódicos da UFMG, SEER/IBICT, e Sumários.org, além de estarmos em processo de entrada em outras listas e aguardarmos por uma definição na negociação com Digital Object Identifier System para a atribuição de DOI ao nosso material.

A partir deste número as contribuições passarão a ser publicadas com referências no padrão APA, embora continuemos recebendo contribuições com normalização bibliográfica no padrão ABNT. Todas as contribuições passarão a ser identificadas com uma licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional e os autores terão acrescida, na sua identificação, o identificador digital Orcid. Por fim, fizemos um amplo trabalho de revisão das normas editoriais de maneira a deixar a Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade mais atualizada e adequada aos desafios de novos tempos.

Inaugurando a seção capas do número 9 do volume 4, José Roberto Ferreira Guerra assina a capa *Eu quero ser olhado* explora imagens sem rosto como uma desaprovação da mecanização corpórea que procura substituir nossas subjetividades. A capa foi diagramada por Vitor Drumond.

Na seção artigos, contamos com seis contribuições. No primeiro texto, *Responsabilidade social e bens públicos globais: um estudo sobre uma grande corporação no Brasil*, Fernanda Filgueiras Sauerbronn e Alexandre Faria problematizam, em um prisma crítico-pluralista e a partir do conceito de agência, o voluntarismo voluntarista de ação das grandes corporações do Norte na solução de problemas no Sul na sua estratégia de responsabilidade social.

Em *Desenvolvimento e contradição: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)*, Priscilla Borgonhoni Chagas defende que as estratégias capitalistas vigentes processam modelos de desenvolvimento “repaginados”, que promovem reorganizações espaciais e conduzem a um desenvolvimento geográfico desigual nas regiões que recebem os investimentos como no caso por ela estudado em Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Simony Rodrigues Marins e Ana Silvia Rocha Ipiranga, baseando-se em Michel de Certeau, em seu artigo *O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade*, propõem-se a compreender o organizar ampliado do cotidiano de uma Escola e Produtora de Fotografia da cidade de Fortaleza. Com uma inspiração etnográfica, identificaram uma malha de práticas de circunvizinhança física, cultural e funcional que marcam, simultaneamente, articulações entre tais práticas, estratégicas e táticas naquele contexto.



Para compreender processos de construção e reconstrução cotidianas de um espaço urbano que foi reapropriado por uma organização em Vitória, Fabiana Florio Domingues, Eduarda Cricco Miranda Barcelos Gripp e Leticia Dias Fantinel registram, em *Apropriações simbólicas e espaciais em organizações: o "jeitinho brasileiro" no bar "Sofá da Hebe"*, uma discussão sobre simbolismo organizacional de inspiração etnográfica sobre o jeito brasileiro.

Anderson de Souza Sant'Anna, em *O banheiro dos homens como metáfora do biopoder viril-disciplinar*, a partir de uma analítica foucaultiana de poder, investiga relações entre os construtos "espaço" e "práticas sociais", com destaque para a análise de suas implicações sobre a instância das relações de poder intra e extraorganizacionais. O banheiro dos homens foi tratado como dispositivo de produção, transmissão e reprodução de subjetividades que suportam discursos e práticas de poder, tendo sido ratificadas a amplitude e profundidade da presença do poder disciplinar, bem como a sofisticação e sutileza de estratégias e táticas mobilizadas.

No último artigo, *Sobre semelhanças e diferenças: comparando artigos de temas espelhos das divisões de EOR e GPR da ANPAD*, Rodrigo Serpa Pinto problematiza a tenuidade das fronteiras entre as áreas de Gestão de Pessoas,

Relações de Trabalho e Estudos Organizacionais, alertando para a necessidade de aumento de diálogo entre elas.

Na seção ensaios contamos com o texto de Claudia Piccolotto Concolato, Tatiana Gassen Rodrigues e Andrea Poletto Oltramari, *Mudanças nas relações de trabalho e o papel simbólico do trabalho na atualidade*. Este ensaio propõe uma articulação entre o que se percebe no atual cenário de transformações das relações de trabalho e as formas de funcionamento humano e social próprias da atualidade. As reflexões contidas neste artigo são fruto do esforço de buscar aprofundar a discussão sobre o trabalho e sua importância na vida e para a vida dos sujeitos contemporâneos.

Na seção provocações, Wesley Silva Xavier e Amon Narciso de Barros defendem o texto Para além das métricas: o que faz uma academia qualificada? Os autores se debruçam sobre os desdobramentos do produtivismo, dos *rankings* acadêmicos e da internacionalização na prática dos pesquisadores e na pesquisa científica realizada no Brasil, examinando aspectos ligados à anglofilia, às métricas avaliativas e seus efeitos na academia nacional.

Na seção depoimentos, Elisângela de Jesus Furtado da Silva, em *Enfrentando uma dívida histórica: a UFMG aprova cotas na pós-graduação*, apresenta a recente adoção de cotas na pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Partindo de



uma discussão sobre ação afirmativa, a autora discute a necessidade de uma perspectiva de justiça distributiva para a construção de meios que respeitem as condições socioculturais dos grupos excluídos, garantindo o alcance e promoção efetivos das pessoas em questão.

A última contribuição deste número é de Fernando Caçador Pontes, na seção Registros Fotográficos. O seu trabalho, *A cidade fala*, realizado nas ruas da cidade de Belo Horizonte, relaciona-se à figura do *flâneur*, fazendo uma pequena e bem humorada compilação dos referidos detalhes presentes nos muros, paredes, lixeiras e outros suportes que estão nas ruas, manifestações configuram uma forma da população se apropriar e ressignificar a cidade de Belo Horizonte.

Esperamos que xs leitorxs tenham tanto prazer ao ler esta edição quanto tivemos em editá-la. Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

Aktouf, O. (2004). *Pós-globalização, racionalidade econômica e administração: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas.



Benjamin, W. (2000). A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica (pp. 221-254). In: Lima, L. C. (Org.). *Teoria da Cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra.

Costa, A. S. M., Barros, D. F. & Saraiva, L. A. S. (2014). Management industry. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(1), 1-6.

Sagan, C. (1996). *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Saraiva, L. A. S. (2016). A escuridão da adesão somente a si. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(6), 1-9.

Saraiva, L. A. S. (2015). O direito a ter direito em três atos. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(4), 350-361.

## Como citar esta contribuição

Saraiva, L. A. S. (2017). A construção do fim do mundo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(9), 1-13.

